

Ministério da Educação

Secretaria de Educação Básica

Curso: Formação de Professores do Ensino Médio

Ensino Médio e Formação Humana Integral

**ATIVIDADE DO CADERNO 1
HISTÓRICO DO ENSINO MÉDIO NO BRASIL
E DESAFIOS QUE PERMANECEM NA REALIDADE
BRASILEIRA**

**LUCIANA R. B BASTOS
MATRÍCULA 32218-0
JULHO/2014**

O Ensino Médio é uma etapa de ensino destinada à formação de jovens, adolescentes e adultos (fora da faixa etária) situada entre a educação elementar e o nível superior. Observa-se que, no Brasil sua organização e atribuições perpetuam as desigualdades sociais e as diferenças.

No período do Império, a partir do Ato Adicional de 1834 coube às províncias o direito de promover e regulamentar o ensino médio em suas jurisdições que até então eram fragmentados em aulas avulsas (aulas régias). A criação dos Liceus e do Colégio Pedro II representam os primeiros esforços de organização, no entanto claramente elitistas.

Durante a República ocorre a transferência de responsabilidade da instrução aos Estados aos quais ficou assegurada a organização do ensino em geral reservando-se ao Governo a criação de instituições de ensino secundário e superior o que reafirmou a dualidade organizacional entre a esfera federal e estadual. Caracterizando a primeira República como período de nítida separação entre o ensino popular (escolas primárias, ensino normal e profissional) e a educação das elites (escolas primárias, ginásios e escolas superiores). Para tentar corrigir as discrepâncias são criados os exames preparatórios, reformas sucessivas e os exames de admissão, no entanto o ginásio era um curso de caráter aristocrático e seletivo.

Em 1831 com a reforma do ensino secundário a proposta era que este fosse caracterizado pela formação do homem para todos os setores das atividades nacionais e suficiente para capacitá-lo na tomada de decisões. Em 1937 a Constituição atribui à União a competência para fixar as bases e determinar os quadros da educação nacional traçando as diretrizes que devem obedecer à formação física, intelectual e moral da infância e da juventude. São instituídos os exames de licença ao final de cada ciclo sendo facultado ao estudante que não conseguisse aprovação nos exames de admissão nos cursos profissionalizantes, na forma de cursos técnicos, nesse caso o ensino médio teria função de habilitação básica para os cursos profissionais. As escolas que quisesse se habilitar deveriam se supervisionadas pelo Ministério da Educação para depois reconhecê-las como equiparadas ao padrão nacional que era dado pelo Colégio Pedro II. O ensino médio voltava-se à formação de força de trabalho específica: ensino industrial, agrícola, comercial e normal.

Dos anos de 1950 aos anos de 1980 o ensino secundário e seus vários ramos permaneceram cursos paralelos, ministrados em várias redes escolares próprias sujeitas à jurisdição de diferentes órgãos centrais da administração. Em 1961 a Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional estabelece a completa equivalência entre os cursos técnicos e o secundário para efeito de ingresso em cursos superiores, permite também que o aluno que tenha cursado o segundo ciclo num ramo possa se candidatar ao curso superior.

Entre o final de 1940 e 1960 a pressão exercida pelos movimentos sociais levam à expansão das oportunidades educacionais e à integração formal do ensino primário ao primeiro ciclo do ensino médio, fixando a obrigatoriedade do ensino comum de 8 anos, fundindo-se o ensino primário e o primeiro ciclo do ensino secundário no chamado 1º Grau. O segundo ciclo do ensino médio constitui-se como curso único de nível médio ou de 2º Grau. Perpetua-se a formação profissionalizante no qual a função do novo ensino médio é suprir a carência de profissionais de nível médio e preparar mão de obra para o mercado de trabalho. Tal postura empobreceu o currículo com a retirada e o esvaziamento dos conteúdos de

formação geral fundamentais para a compreensão crítica da realidade social e o fracasso na realização da pretendida formação profissional culminaram na maior desqualificação do ensino médio, perpetuando a seletividade e o elitismo.

Com o fim da ditadura, a nova LDB e a nova Constituição (1988) a educação básica passa a ser a categoria abrangente que envolve a educação infantil, o ensino fundamental (antigo 1º Grau) e o ensino médio (antigo 2º Grau) prevendo o ensino médio como nível de educação básica que pudesse ser ofertado de formas adequadas às necessidades e disponibilidades da população de jovens e adultos buscando possibilitar condições de acesso e permanência na escola. Mas tendenciosamente ocorreu uma caracterização da educação pela racionalidade do custo/efetividade nos quais as reformas passaram a ser geridas por medidas produzidas por especialistas e tecnocratas com o objetivo de ajustar mais uma vez a educação às demandas do mercado de trabalho, houve a desescolarização do ensino técnico e o predomínio do modelo de competências.

Na nova proposta da LDB a educação básica seria voltada para a formação humana integral abrangendo todas as frentes de formação: cultural, para o trabalho, compreensão da vida social, técnico, científica. Atualmente o ensino técnico foi reintegrado ao ensino médio, o FUNDEB contempla recursos para o ensino médio integrado à educação profissional, com avaliação no processo; foi criada a Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, o programa Brasil Profissionalizado entre vários outros projetos.

Dentre os desafios que permanecem para o ensino médio pode-se citar:

- Universalização do ensino médio de forma justa e igualitária;
- Oferta de ensino público de qualidade;
- Desenvolvimento de políticas públicas que diminuam as taxas de reprovação e evasão escolar;
- Avançar na direção de garantir o direito igualitário de todos de forma pública, gratuita, laica e com qualidade socialmente referenciada, sob a responsabilidade do estado, o que inclui o seu financiamento;
- Constituição de um Sistema Nacional de Educação que efetive a integração de diferentes níveis e modalidades da educação escolar;
- Articulação entre as políticas educacionais e as políticas públicas relativas às demais dimensões da vida social: saúde, economia e trabalho, cultura, ciência, tecnologia e meio ambiente, nos planos nacional, regional e local, viabilizando o regime de colaboração entre as instâncias federal, estadual e municipal, evitando a sobreposição de programas e o desperdício de recursos públicos;
- Desenvolver um sistema educacional voltado para a necessidade dos jovens, adolescentes e adultos de maneira diversificada e de forma igualitária (curso diurno e noturno, comunidades indígenas, quilombola ou ribeirinha);
- Organização curricular sem prejuízo da base comum;

- Compreensão de aprendizagem enquanto processo relacional;
- Incorporar ao currículo conhecimentos que contribuam para compreensão do trabalho como princípio educativo que permita a compreensão do significado econômico, social, histórico, político e cultural das ciências, das letras e das artes;
- Promover a formação humana integral em tempo integral;
- Desenvolvimento de propostas que atendam as necessidades e aptidões dos alunos no desenvolvimento das habilidades;
- Promoção de educação profissional sistematizada e com objetivos explícitos;
- Currículo que promova a integração entre as disciplinas;
- Formação profissional dos educadores de forma unificada e não compartimentalizada;
- Construção de um currículo que respeite a maturidade e necessidades dos educandos;
- Adequar o currículo as necessidades atuais no que se refere aos avanços tecnológicos e exigências sociais;
- Valorização dos profissionais de educação;
- Formação continuada dos profissionais de educação.